

Repensando o ensino: caminhos emergentes para uma educação mais inclusiva

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.2.9594>

Jhones Rodrigues de Jesus¹, Christian dos Santos Fonseca², Louise Araújo Vieira³, Felipe Alves do Prado⁴

Resumo: O contexto da educação inclusiva é marcado por uma série de desafios e oportunidades que demandam uma análise crítica e aprofundada. Por isso, este estudo, apresenta um relato de experiência oriundo de uma aula específica decorrente da disciplina "Educação em Ciências, Cultura e Sociedade", parte integrante do currículo em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores de Ciências e Matemática, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié-Bahia. Este estudo buscou, portanto, contribuir para o debate acadêmico sobre a educação inclusiva, oferecendo reflexões acerca de alguns caminhos emergentes para a promoção de uma educação mais inclusiva. A experiência analisada evidenciou, em primeiro lugar, a importância da formação continuada dos professores. A capacitação em práticas inclusivas se mostrou fundamental para que docentes reconheçam as diferenças entre os alunos e saibam como atuar para garantir a aprendizagem de todos. Em segundo lugar, destacou-se a necessidade de mudanças pedagógicas e institucionais em direção a uma postura crítica e reflexiva, com vistas a flexibilizar o currículo, os métodos de ensino e as estratégias de avaliação para torná-los mais responsivos às singularidades dos estudantes e menos pautados por modelos homogêneos. A partir do debate desses pontos, foi possível perceber que repensar o ensino e construir novos caminhos para uma educação mais inclusiva é uma urgência que deve orientar tanto as políticas educacionais quanto as práticas pedagógicas, assegurando a todos os alunos um ambiente de aprendizado que reconheça, respeite e valorize suas singularidades e potencialidades.

Palavras-chaves: Relato de experiência, Inclusão, Práticas Pedagógicas.

Rethinking education: emerging paths for a more inclusive education

Abstract: The context of inclusive education is marked by a series of challenges and opportunities that demand critical and in-depth analysis. Therefore, this study presents an experience report stemming from a specific class in the course Education in Science, Culture, and Society, part of the master's curriculum in the Graduate Program in Scientific Education and Teacher Training in Science and Mathematics at the State University of Southwest Bahia, Jequié campus. This study thus aimed to contribute to the academic debate on inclusive education,

¹Mestre em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié-BA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3776-4257>, E-mail: jhones.rodrigues12@gmail.com

² Mestre em Educação em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié-BA. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-6510-751X>, E-mail: christianfonseca386@gmail.com.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié-BA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1368-757X>, E-mail: louisevieira2@gmail.com

⁴ Graduando em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus Vitória da Conquista-BA, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3191-1445>, E-mail: lipe30792@gmail.com

offering reflections on some emerging pathways for fostering a more inclusive educational environment. The experience analyzed highlighted, first and foremost, the importance of continuous teacher training. Developing skills in inclusive practices proved essential for teachers to recognize the differences among students and to know how to act in ways that ensure everyone's learning. Secondly, the need for pedagogical and institutional changes emerged, aimed at fostering a critical and reflective stance, with the goal of making curricula, teaching methods, and assessment strategies more responsive to students' singularities and less bound to homogeneous models. From the discussion of these points, it became evident that rethinking teaching and building new paths toward more inclusive education is an urgent task that must guide both educational policies and pedagogical practices, ensuring all students a learning environment that acknowledges, respects, and values their uniqueness and potential.

Keywords: Experience Report, Inclusion, Pedagogical Practices.

Introdução

Nos últimos anos, a temática da inclusão educacional tem ganhado um crescente destaque nas discussões acadêmicas e políticas, refletindo uma transformação paradigmática na compreensão do direito à educação. Para Neto et al. (2018), no contexto atual, essa questão adquire uma relevância particular, pois as instituições de ensino são desafiadas a desenvolver estratégias pedagógicas que atendam à diversidade dos estudantes, promovendo um ambiente educacional mais justo e equitativo.

Nesse sentido, a educação inclusiva, enquanto conceito e prática, representa uma das mais significativas transformações na abordagem educacional contemporânea, desafiando sistemas tradicionais e promovendo uma reconfiguração profunda dos processos de ensino e aprendizagem. Fundamentada nos princípios de equidade e justiça social, a educação inclusiva visa garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características individuais, tenham acesso igualitário a oportunidades educacionais de qualidade (Mantoan, 2003).

Esta configuração reflete um contexto histórico, marcado pela exclusão educacional como norma para indivíduos com deficiências. Como lembra Rogalski (2010), no início do século XX, a educação formal para essas pessoas era praticamente inexistente e, quando disponível, restringia-se a instituições segregadas que muitas vezes não ofereciam uma educação de qualidade em comparação àquela proporcionada aos demais alunos. Essas instituições, frequentemente mais asilares do que educativas, enfatizavam a custódia e a proteção, ao invés do desenvolvimento acadêmico e pessoal dos indivíduos.

A partir da década de 1950, uma série de movimentos de direitos civis começaram a desafiar essas práticas segregacionistas. Blanco (2003) esclarece que, na segunda metade do século XX, particularmente a partir da década de 1970, iniciou-se um

movimento em direção a integração, na qual indivíduos com deficiência passaram a ter acesso à classe regular, sob a condição de que se adaptassem ao ambiente escolar sem causar perturbações significativas.

Nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis, incluindo a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, foi fundamental para a reformulação das políticas educacionais, com avanços significativos na educação inclusiva nas décadas de 1970 e 1980, assegurados por leis que garantiam o direito à educação universal (Rogalski, 2010).

Paralelamente, na Europa, a Declaração de Salamanca, adotada em 1994 durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, coordenada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estabeleceu um compromisso global com a educação inclusiva (Prestes, 2015). De forma semelhante, no Brasil, o progresso na educação inclusiva começou a partir da década de 1980, culminando com a Constituição Federal de 1988, que consagrou o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiências (Rogalski, 2010).

A implementação dessas políticas, no entanto, enfrentou e continua a enfrentar inúmeros desafios. A transposição desses princípios para a prática cotidiana das salas de aula revela-se um trabalho complexo, demandando a construção de novas abordagens e metodologias. Por isso, este estudo, apresenta um relato de experiência oriundo de uma aula específica decorrente da disciplina "Educação em Ciências, Cultura e Sociedade", parte integrante do currículo em nível de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores de Ciências e Matemática, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Campus Jequié-Bahia.

A disciplina mencionada teve como objetivo proporcionar aos mestrandos uma compreensão crítica e aprofundada das inter-relações entre ciência, cultura e sociedade, bem como desenvolver estratégias pedagógicas que promovam uma educação inclusiva e equitativa. A aula que constitui o cerne deste estudo foi planejada e executada com a intenção de explorar e vivenciar práticas educacionais inclusivas, oferecendo aos discentes uma experiência reflexiva sobre como adaptar e implementar a inclusão em seus contextos de ensino.

O desenvolvimento da aula foi orientado por princípios metodológicos que valorizavam a participação ativa dos alunos, a colaboração e a reflexão crítica. Os mestrandos puderam vivenciar as dificuldades e potencialidades de se trabalhar com uma abordagem inclusiva, discutindo aspectos práticos e revelando alguns caminhos emergentes para a promoção de uma educação mais inclusiva, como formação e

capacitação dos professores, revisão curricular e metodológica, bem como, avaliação inclusiva, pontos estes, que serão explorados no decorrer do presente estudo.

Ainda pretendemos, com este relato de experiência, contribuir para o debate sobre as práticas educativas inclusivas, oferecendo alternativas que possam ser aplicadas em diferentes contextos educacionais, visando à promoção de uma educação que reconheça e valorize a diversidade como elemento fundamental para o desenvolvimento integral de todos os alunos. Ao compartilhar esta experiência, esperamos inspirar outras iniciativas e fomentar uma reflexão crítica sobre os desafios e possibilidades da educação inclusiva no século XXI.

Inclusão Educacional: Conceitos e Importância

A inclusão educacional pode ser conceituada como um processo dinâmico e contínuo que visa eliminar as barreiras à aprendizagem e à participação de todos os alunos (Tavares; Camargo, 2010). Esse conceito se fundamenta na premissa de que a diversidade sustenta o direito de todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, de participar plenamente do ambiente educacional (Duarte; Pêpe, 2015).

Para Neto et al. (2018), trata-se de uma abordagem humanística e democrática, que reconhece e valoriza as singularidades dos indivíduos, com o propósito de promover o crescimento pessoal, a satisfação individual e a inclusão social de todos.

A inclusão, portanto, não se limita à integração física dos alunos com deficiência nas escolas regulares, mas envolve a criação de um ambiente acolhedor e adaptável, onde todos os alunos possam desenvolver seu potencial máximo (Glat; Pletsch; Fontes, 2007). Nesse sentido, a importância da inclusão educacional transcende o âmbito da educação, repercutindo em diversos aspectos da vida social.

Cabe mencionar que, a educação é um direito humano básico, consagrado em documentos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Rogalski, 2010). Esses instrumentos normativos reconhecem a educação como um direito fundamental que deve ser acessível a todos, sem discriminação de qualquer natureza. Garantir o acesso igualitário à educação é, portanto, uma questão de justiça social e de cumprimento das obrigações internacionais dos Estados.

Dessa forma, a inclusão educacional é essencial para a promoção da igualdade de oportunidades. De acordo com Miranda (2019), a exclusão de certos grupos da educação

formal perpetua ciclos de pobreza e marginalização, impedindo que esses indivíduos contribuam plenamente para o desenvolvimento econômico e social de suas comunidades.

No entanto, para alguns autores (Prestes, 2015; Neto et al., 2018), a implementação efetiva da inclusão educacional enfrenta inúmeros desafios. As barreiras à inclusão podem ser físicas, como a falta de acessibilidade nas escolas; pedagógicas, como a inadequação dos currículos e métodos de ensino às necessidades dos alunos; ou atitudinais, como os preconceitos e estigmas associados às pessoas com deficiência (Lima, 2014).

Superar esses desafios requer um esforço conjunto de todos os atores envolvidos no processo educativo, incluindo governos, educadores, famílias e a comunidade em geral (Libâneo, 2012). Por isso, a partir daqui, este estudo nos levará a refletir e discutir sobre algumas direções que julgamos emergentes para uma educação mais inclusiva, como a formação e capacitação dos professores; revisão curricular e metodológica e avaliação inclusiva.

A Formação do Professor Inclusivo

A formação do professor inclusivo é um aspecto essencial e multifacetado no contexto da educação contemporânea, especialmente em vista da crescente valorização da educação inclusiva como direito fundamental. Por este motivo, esta subseção explora, os desafios inerentes a essa formação, as competências necessárias para uma prática inclusiva eficaz e as estratégias para capacitar os professores a promoverem um ambiente educacional inclusivo.

As primeiras reflexões oriundas da aula motivadora deste relato de experiência fazem menção a alguns dos desafios mais significativos na formação de professores inclusivos. O primeiro, a resistência à mudança, frequentemente se manifesta devido a crenças enraizadas e preconceitos sobre a capacidade dos alunos com necessidades educacionais especiais de aprender em ambientes regulares.

Referente a isso, Lima (2014) afirma que, a escola, que deveria funcionar como um espaço central para a promoção da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em diversos contextos sociais, enfrenta desafios decorrentes de interpretações equivocadas da legislação, o que se alia a uma abordagem docente focada exclusivamente na transmissão e reprodução de conteúdos sistematizados, desconsiderando outras habilidades que os alunos possuem ou podem desenvolver.

Esta resistência é amplificada pela falta de compreensão e conhecimento sobre as práticas inclusivas, gerando um ambiente de insegurança e relutância entre os educadores. No tocante a isso, Tavares, Santos e Freitas (2016) enfatizam a necessidade premente de aperfeiçoamento na formação dos docentes que atuam diretamente com esse público, constatando que a preparação dos professores é significativamente deficiente para garantir uma inclusão efetiva.

Os autores ainda propõem que os currículos de formação docente integrem, além de disciplinas específicas sobre a temática da inclusão, uma abordagem transversal que permeie diversas outras disciplinas dos cursos com o intuito de evitar uma percepção fragmentada da inclusão, promovendo sua naturalização nas discussões acadêmicas nos cursos de graduação.

Outro desafio crítico que consideramos importante mencionar é a escassez de recursos materiais e humanos adequados, que pode limitar a capacidade dos professores de implementar estratégias inclusivas de maneira eficaz. Quanto a isso, acreditamos que a preparação inadequada nos programas de formação de professores também contribui para a perpetuação desse problema, uma vez que muitos currículos de formação inicial ainda não incorporam suficientemente os princípios e práticas da educação inclusiva, deixando os futuros educadores despreparados para lidar com a diversidade em suas salas de aula.

Nesse sentido, nossas reflexões vão ao encontro das ideias levantadas por Glat e Pletsch (2010). Para as autoras, a atividade docente representa a vocação primária das universidades na formação de recursos humanos — especificamente nas faculdades ou departamentos de Educação —, sendo essa missão concretizada por meio da formação de professores. Contudo, elas também observam que é raro encontrar cursos de licenciatura que ofereçam disciplinas focadas nas especificidades do ensino voltado a alunos com necessidades educacionais especiais.

Quanto a isso, Tavares e Camargo (2010) salientam que se torna necessário revisar os cursos superiores de formação de professores, bem como criar e expandir cursos de formação continuada, visando fornecer subsídios aos docentes cuja formação inicial não os qualificou adequadamente para atuar na educação inclusiva.

Ousamos dizer que, além disso, para que os professores estejam aptos a atuar em ambientes educacionais inclusivos, é necessário o desenvolvimento de um conjunto abrangente de competências. Por certo, o conhecimento teórico e prático sobre as políticas, diretrizes e teorias pedagógicas que fundamentam a educação inclusiva são

essenciais. De acordo com Mittler (2003) isso inclui a compreensão das legislações nacionais e internacionais que sustentam o direito à educação inclusiva, bem como dos modelos teóricos que explicam as melhores práticas pedagógicas para atender às diversas necessidades dos alunos.

Na mesma direção, a habilidade de diferenciação é igualmente crucial, permitindo que os educadores adaptem o currículo, as atividades e as estratégias de ensino para acomodar uma variedade de estilos de aprendizagem. Para Mittler (2003) a gestão de sala de aula é outra competência fundamental, exigindo que os professores criem um ambiente de aprendizagem organizado, acolhedor e estimulante, que promova a participação e a colaboração de todos os alunos.

O autor ainda salienta que a capacidade de trabalho colaborativo é indispensável. Professores inclusivos devem ser capazes de trabalhar em equipe com outros profissionais da educação, como psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e especialistas em educação especial, além de manter uma comunicação eficaz com os pais e a comunidade. Isso requer habilidades de comunicação, negociação e cooperação.

A partir disso, acreditamos que, a necessidade de repensar currículos e métodos no contexto de uma educação mais inclusiva é um imperativo contemporâneo para abranger as adaptações às diversidades presentes nas salas de aula, anteriormente mencionadas neste texto.

Repensando Currículos e Métodos

Esta subseção propõe uma análise crítica dos paradigmas vigentes no desenho curricular e nas metodologias de ensino, com foco na renovação das abordagens pedagógicas excludentes. Essa discussão se fundamenta na necessidade de transcender práticas educativas normativas, visando a um ensino mais dinâmico, inclusivo e interdisciplinar.

Para isso, precisamos reafirmar o compromisso com uma educação inclusiva e de qualidade, que reconhece e valoriza as diferenças individuais, garantindo que todos os alunos tenham acesso às condições necessárias para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades. Desse modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destaca que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades” (Brasil, 2008, p. 2).

Na mesma direção, para Oliveira e Leite (2007), o apoio institucional é fundamental para a efetiva implementação de currículos e métodos inclusivos. Os autores ainda afirmam que a estrutura curricular delineada no Projeto Político Pedagógico deve contemplar a possibilidade de ajustes para atender às necessidades educacionais dos alunos, incluindo o estabelecimento de requisitos mínimos para a aprendizagem e critérios de avaliação para a elaboração de um documento de adequação curricular individual.

Entretanto, os currículos tradicionais muitas vezes operam sob a premissa de homogeneidade, assumindo que todos os alunos possuem capacidades e ritmos de aprendizagem semelhantes. Essa visão não leva em conta a heterogeneidade das salas de aula, onde se encontram alunos com diferentes habilidades, estilos de aprendizagem, origens culturais e experiências de vida.

Segundo Neto et al. (2018), para promover uma educação inclusiva, é preciso desenvolver currículos flexíveis e adaptáveis, que possam ser ajustados para responder às singularidades dos estudantes. Isso implica na diversificação das formas de apresentação dos conteúdos, oferecendo múltiplos meios de expressão e engajamento, e implementando avaliações variadas que permitam aos alunos demonstrar suas competências de maneiras diversas.

Por isso, com base na aula motivadora apresentada neste estudo, acreditamos que a flexibilidade curricular é fundamental para a educação inclusiva, ao considerar tendências que promovam o uso de formas plurais de representação (como textos, gráficos e vídeos), múltiplas formas de expressão (como escrita, fala e projetos multimídia) e diversas formas de engajamento (como atividades individuais, em duplas e em grupos).

Além da flexibilidade curricular, é crucial adotar métodos de ensino que promovam a inclusão. Nesse sentido, Glat, Pletsch e Fontes (2007) afirmam que “recursos e métodos de ensino mais eficazes proporcionaram às pessoas com deficiências, maiores condições de adaptação social, auxiliando a superar, pelo menos em parte, as dificuldades cotidianas” (p.347). Ou seja, métodos tradicionais baseados em aulas expositivas e avaliações padronizadas muitas vezes não são adequados para atender às necessidades diversificadas dos alunos.

Assim, métodos de ensino inclusivos valorizam a participação ativa dos estudantes e reconhecem a importância de diferentes estilos de aprendizagem. Nesse contexto, assegurar métodos pedagógicos diversificados, recursos adequados e serviços de apoio especializados, emerge como uma obrigação indissociável da responsabilidade

estatal. Refletindo sobre essa perspectiva, os autores Oliveira e Leite (2007), nos lembram que:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), e a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1997), reafirmam o prescrito na constituição, estabelecendo igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantia de currículos, métodos, recursos e serviços especiais de ensino [...] para educação de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular (Oliveira; Leite, 2007, p. 515).

Logo, a implementação efetiva dessas diretrizes exige um esforço contínuo e comprometido por parte dos gestores, educadores e formuladores de políticas públicas, com vistas a transformar o discurso inclusivo em práticas pedagógicas concretas que respeitem e promovam a diversidade humana.

Contudo, de acordo com Rogalski (2010), há uma disparidade significativa entre o ideal legal e a realidade prática nas escolas brasileiras. No tocante a isso, oferecemos três pontos para serem discutidos em futuras investigações e aplicados nas classes inclusivas como ponto de partida para pequenas mudanças que podem fazer grandes diferenças na ação didática dos educadores.

O primeiro é o ensino diferenciado, uma abordagem que envolve a adaptação das atividades e dos conteúdos de acordo com as necessidades e os interesses particulares dos alunos. Isso pode incluir a utilização de recursos multimídia, atividades práticas, trabalhos em grupo e projetos interdisciplinares, permitindo que os estudantes aprendam de maneiras que melhor se alinhem com suas habilidades (Santos; Mendes, 2021).

O segundo é a Aprendizagem Criativa (AC), uma abordagem que se alinha bem com os princípios da educação inclusiva. A AC envolve os alunos em tarefas autênticas e significativas, permitindo que trabalhem de maneira colaborativa, criativa e apliquem seus conhecimentos em contextos reais (Resnick, 2020).

Esta abordagem valoriza a diversidade de habilidades e perspectivas, incentivando a cooperação, a resolução de problemas e a aprendizagem autodirigida. Além disso, a AC envolve a formação de grupos de alunos que trabalham juntos para alcançar objetivos comuns. Para Resnick (2020), isso não só promove a inclusão social como também melhora o desempenho acadêmico e desenvolve habilidades socioemocionais importantes.

O terceiro é uso de Tecnologias Assistivas⁵, um tipo de tecnologia educacional que pode facilitar a aprendizagem de alunos com necessidades especiais, proporcionando ferramentas que compensam suas limitações e potencializam suas aptidões (Marchi; Silva, 2016).

Softwares educativos, plataformas de aprendizagem online e recursos interativos permitem personalizar a educação, permitindo que cada aluno aprenda no seu próprio ritmo e de acordo com sua forma de aprender. Segundo Marchi e Silva (2016), a integração da tecnologia no ensino não só aumenta o acesso à educação, mas também enriquece as experiências de aprendizagem, tornando-as mais dinâmicas e envolventes.

Esses pontos também constituem os caminhos emergentes para uma educação mais inclusiva, oriundo das reflexões após a aula motivadora para este relato de experiência. Acreditamos que, ao implementar essas mudanças, atrelado ao apoio institucional, podemos criar um sistema educacional que reconheça e valorize a diversidade, minimizando as disparidades das oportunidades de aprendizagem.

Avaliar na Diversidade

No contexto deste estudo, a presente subseção posiciona-se estrategicamente após as discussões sobre a formação do professor inclusivo, currículo e métodos. Tal ordenação não é arbitrária, mas sim uma sequência lógica que reflete a progressão analítica necessária para uma compreensão aprofundada dos desafios e possibilidades de uma educação mais inclusiva e de como essas mudanças se manifestam na avaliação dos estudantes. Assim, este tópico fecha o ciclo das discussões, abordando um aspecto crucial que não pode ser ignorado.

Segundo Prestes (2015), a avaliação inclusiva exige uma revisão crítica das abordagens tradicionais e a implementação de estratégias inovadoras que reconheçam e valorizem a diversidade presente nas salas de aula. Ainda de acordo com a autora, a avaliação tradicional, muitas vezes centrada em exames padronizados e provas escritas, tende a valorizar um conjunto restrito de habilidades cognitivas, negligenciando outras formas de inteligência e competência.

Corroborando com esta perspectiva, Pletsh e Oliveira (2015), destacam que esta abordagem homogeneizadora não contempla a diversidade de perfis dos estudantes,

⁵ Tecnologia Assistiva (TA) é um termo usado para descrever o conjunto de recursos e serviços que ajudam a proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, promovendo assim sua independência e inclusão (Bersch, 2008).

podendo resultar na exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões convencionais de desempenho. Assim, para superar essas limitações, deve-se adotar uma perspectiva de avaliação que seja flexível e responsiva às necessidades individuais dos alunos.

Nesse sentido, acreditamos que a diversificação dos métodos avaliativos é uma estratégia central para a promoção da inclusão. Projetos, apresentações orais, autoavaliações e observações são exemplos de métodos que podem complementar ou substituir as avaliações tradicionais.

Entretanto, salientamos que nosso posicionamento defende a avaliação formativa enquanto modalidade promotora da inclusão. Luckesi (2002) e Crespo et al. (2018) esclarecem que, diferenciando-se da avaliação somativa que se concentra na mensuração do desempenho final, a avaliação formativa é processual e contínua, permitindo um acompanhamento regular do progresso dos alunos.

Desse modo, esta prática facilita a identificação precoce de dificuldades e a implementação de intervenções pedagógicas adequadas. *Feedbacks* frequentes e construtivos são elementos chave da avaliação formativa, proporcionando aos alunos orientações claras e específicas sobre como melhorar e progredir. Para Fernandes (2006), este processo não apenas apoia o desenvolvimento acadêmico, mas também fortalece a autoeficácia e a motivação dos estudantes.

Fica evidente que, a personalização das práticas avaliativas é uma dimensão essencial da avaliação inclusiva. Adaptar as avaliações às necessidades individuais dos alunos envolve considerar suas características, habilidades e contextos específicos. Em um estudo anterior, Jesus e Duarte (2023) reforçam que esta personalização pode incluir ajustes não somente no formato das avaliações, mas também no tempo disponível para realizá-las, no ambiente em que são aplicadas e nos critérios de correção.

Por exemplo, alunos com dificuldades de leitura podem se beneficiar de avaliações orais ou de suporte adicional durante a leitura das questões. Alunos com transtornos de atenção podem necessitar de tempo extra ou de um ambiente menos distrativo para realizar as avaliações. Segundo Crespo et al. (2018), estas adaptações garantem que todos os alunos tenham condições equitativas de demonstrar suas competências, reduzindo as barreiras que possam dificultar seu desempenho.

Portanto, a diversificação dos métodos avaliativos, a adoção da avaliação formativa e a personalização das avaliações são fundamentais para alcançar o objetivo do “avaliar na diversidade”. Frisamos, mais uma vez, que a formação contínua dos

professores e o apoio institucional são igualmente importantes para garantir a efetividade dessas práticas.

Considerações finais

Repensar o ensino e explorar caminhos emergentes para uma educação inclusiva é um imperativo que deve ser colocado no centro das políticas educacionais e das práticas pedagógicas, garantindo que todos os alunos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial em um ambiente que os respeite e valorize. Esse compromisso com a inclusão é fundamental para construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde cada indivíduo tenha a chance de prosperar e contribuir de maneira significativa.

Para isso, a promoção de uma educação mais inclusiva requer um esforço coordenado que envolva a formação e capacitação contínua dos professores, a revisão curricular e metodológica e a implementação de práticas avaliativas inclusivas. Essas ações são interdependentes e complementares, formando um conjunto integrado de estratégias que podem colaborar para um sistema educacional mais inclusivo.

Por certo, nosso foco aqui foi refletir acerca de caminhos emergentes e integrados que podem contribuir significativamente para o avanço da construção de um sistema educacional inclusivo e equitativo, que não apenas atenda às necessidades de todos os alunos, mas também prepare cidadãos capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade.

Entretanto, ressaltamos que a transformação do sistema educacional em direção à inclusão exige uma abordagem holística, na qual cada componente do processo educativo seja revisitado e adaptado às novas exigências de uma sociedade diversa.

Referências

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. **Porto Alegre: CEDI**, v. 21, 2008.
BLANCO, Rosa. **Aprendendo na diversidade**: implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial/Imprensa Oficial, 2008.

CRESPO, Alexandra; et al. **Para uma educação inclusiva: manual de apoio à prática.** DGE, Portugal: 2018.

DUARTE, Ana Cristina Santos; PÊPE, Alda Muniz. **Educar e aprender na diversidade**: um caminho para a inclusão. Curitiba: Appris, 2015.

FERNANDES, Domingos. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista portuguesa de educação**, v. 19, n. 2, p. 21-50, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5495/1/Para%20uma%20teoria%20da%20avaliac%C3%A7a%C3%A7o%20formativa19n2a03%283%29.pdf>. Acesso em: 11 de mar. 2024.

GLAT, Rosana.; PLETSCH, Márcia. Denise. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, v. 23, n. 38, p. 345–356, 2010. <https://doi.org/10.5902/1984686X2095>

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise; FONTES, Rejane de Souza. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação (Santa Maria. Online)**, v. 32, n. 2, p. 343-355, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/678>. Acesso em: 05 de jul. 2024.

JESUS, Jhones Rodrigues; Duarte, Ana Cristina Santos. **O paradoxo dos métodos avaliativos durante o ensino remoto emergencial** – um caminho para a avaliação mediadora. In: XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Campina Grande: Realize Editora, 2023. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/93162>. Acesso em: 06/08/2024.

LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 de jul. 2024.

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de inclusão**: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás. Dissertação. (Mestrado em Ciências Humanas). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1115>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2002.
MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer?. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MARCHI, Miriam Ines; SILVA, Tânia Núsia da Costa. Formação continuada de professores: buscando melhorar e facilitar o ensino para deficientes visuais por meio de tecnologias assistivas. **Revista Educação Especial**, v. 29, n. 55, p. 457-469, 2016. <https://doi.org/10.5902/1984686X16066>

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11–23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>. Acesso em: 5 ago. 2024.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: Contextos Sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NETO, Antenor de Oliveira Silva; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla Ferreira; Santos, Maria Vera. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018. <https://doi.org/10.5902/1984686X24091>

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 15, n. 57, p. 511-524, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000400004>

PLETSCH, Márcia Denise; OLIVEIRA, Mariana Corrêa Pitanga De. Políticas de Educação Inclusiva: Considerações sobre a Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Deficiência Intelectual. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 125–137, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/5846>. Acesso em: 10 ago. 2024.

PRESTES, Irene Carmem Picone. **Fundamentos Teóricos e metodológicos da inclusão**. 1 ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2015.

RESNICK, Mitchel. **Jardim de infância para a vida toda**: por uma aprendizagem criativa, mão na massa e relevante para todos. Penso Editora, 2020.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 12, p. 1-13, 2010. Disponível em: https://www.passofundo.ideal.com.br/wp-content/files_mf/eca97c3f3c5bda644479e4c6a858f556168_1.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2024.

SANTOS, Keisyani da Silva; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias**, v. 22, n. 66, p. 40-50, 2021. <https://doi.org/10.12957/teias.2021.57138>

TAVARES, Leandro Henrique Wesolowski; CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão escolar, necessidades educacionais especiais e ensino de ciências: alguns apontamentos. **Ciência em Tela**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2010. Disponível em: http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0210_tavares.pdf. Acesso em: 10 de ago. 2024.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A Educação Inclusiva: Um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000400005>.

Submissão: 19/08/2024. **Aprovação:** 14/07/2025. **Publicação:** 29/08/2025.